Saúde, Esperança e Resistência em uma Era de Guerra, Desigualdade e Colapso Ecológico

Juan Garay

A recente invasão militar dos Estados Unidos à Venezuela não é um episódio isolado, mas uma expressão clara de uma dinâmica global mais ampla, na qual poder geopolítico, combustíveis fósseis, militarismo e finanças especulativas convergem. Assim como na Ucrânia e no Oriente Médio, a linguagem da "segurança" encobre intervenções que protegem recursos estratégicos e interesses econômicos, enquanto corroem o direito internacional, a paz e a dignidade humana. Para além da destruição imediata, essas dinâmicas acarretam um custo mais profundo e menos visível: a erosão progressiva da expectativa de vida saudável das gerações presentes e futuras.

A mudança climática, impulsionada principalmente pela dependência de combustíveis fósseis e reforçada por economias militarizadas, não é apenas uma crise ambiental, mas uma crise sanitária de grande magnitude. Análises publicadas na PEAH (2018, https://www.peah.it/2018/07/5498/) estimam que o impacto cumulativo da mudança climática poderá resultar em mais de 200 milhões de mortes excessivas ao longo do século XXI, com aceleração da mortalidade na segunda metade do século, devido ao estresse térmico, à insegurança alimentar, às doenças infecciosas, ao deslocamento populacional e ao colapso dos ecossistemas. De forma crucial, essa mortalidade excessiva afetará desproporcionalmente populações que vivem em países de baixa emissão, que menos contribuíram para o aquecimento global, mas sofrem suas consequências mais severas. Guerras por petróleo e por dominação geopolítica intensificam diretamente essa injustiça, ao aumentar as emissões, destruir ecossistemas e desviar recursos da adaptação climática e da saúde pública.

Paralelamente, desenrola-se um processo igualmente letal. A concentração progressiva de renda e ativos nas mãos de uma parcela cada vez menor da população mundial está impulsionando níveis extremos de desigualdade econômica. Atualmente, cerca de metade da humanidade vive abaixo de um limiar de dignidade, efetivamente privada do direito à saúde, à nutrição adequada, à moradia e à proteção social. Essa injustiça estrutural resulta em mais de 16 milhões de mortes excessivas por ano, não por causas inevitáveis, mas por pobreza, exclusão e condições evitáveis, conforme documentado na PEAH (2023 https://www.peah.it/2024/11/14003/). Caso as tendências atuais persistam, essa proporção poderá alcançar dois terços da população mundial ao longo do século, reduzindo ainda mais a duração e a qualidade da vida humana.

Para as gerações mais jovens, essas realidades são profundamente corrosivas. Elas herdam um futuro marcado pela instabilidade climática, por conflitos permanentes, por meios de subsistência precários e por sistemas políticos cada vez mais capturados por interesses financeiros. A confiança nas instituições se deteriora não por apatia, mas pela percepção — frequentemente justificada — de que os processos democráticos são distorcidos pela manipulação midiática, pelo capital especulativo e pela coerção geopolítica. A própria esperança torna-se uma vítima

quando as pessoas se sentem privadas tanto de agência quanto de voz.

É nesse contexto que o Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde (SHEM) situa sua atuação — não como uma solução grandiosa ou uma autoridade centralizada, mas em termos deliberadamente humildes. O SHEM busca reunir cidadãos preocupados, ativistas, cientistas e profissionais da saúde e do trabalho social dispostos a analisar essas dinâmicas nocivas com honestidade e a agir em consequência. O movimento reconhece que muitas das estruturas econômicas e políticas dominantes não são apenas ineficientes, mas ativamente destrutivas para a saúde, a equidade, a paz e o mundo vivo.

Por isso, o SHEM convoca à desobediência consciente a essas "dinâmicas perversas" — não por meio da violência, mas através da recusa ética e da construção de alternativas. Isso inclui resistir ao consumismo excessivo, rejeitar a cumplicidade com a produção e o comércio extrativistas e afastar-se, na medida do possível, de sistemas financeiros especulativos que lucram com a instabilidade, a guerra e a desigualdade. No centro dessa visão está o surgimento gradual de redes de comunidades locais soberanas, fundamentadas em estilos de vida de baixo consumo, compartilhamento de saberes, justiça econômica e harmonia com a natureza.

Uma ferramenta essencial para essa transição é o desenvolvimento e uso de software livre e bens digitais comuns. O software de código aberto permite o surgimento de redes colaborativas globais fora do controle corporativo, apoiando o compartilhamento de conhecimento, métricas transparentes, governança participativa e a co-criação de bens públicos globais nas áreas da saúde, educação, ecologia e organização social. Quando alinhadas a valores éticos, essas ferramentas podem contrabalançar os efeitos manipuladores das plataformas proprietárias sobre a mídia, a política e o consumo, ao mesmo tempo em que fortalecem a cooperação horizontal entre culturas e territórios.

Essas comunidades não são enclaves escapistas. Elas são laboratórios vivos de resiliência, restaurando soberania alimentar, cuidado mútuo, tomada de decisão participativa e regeneração ecológica. Também oferecem às pessoas jovens algo cada vez mais raro: um sentido tangível de que suas ações importam, de que a saúde e a dignidade podem ser defendidas coletivamente e de que outro modo de viver é possível.

Essas ideias serão articuladas e debatidas na próxima Assembleia do SHEM, onde será apresentada uma estratégia baseada na equidade em saúde, na autonomia comunitária, no conhecimento aberto e na solidariedade global sem dominação. O objetivo não é substituir as instituições existentes de forma imediata, mas reconstruir a esperança e a saúde a partir da base, com paciência e coragem, como fundamentos de um futuro mais justo e habitável.

Em uma era em que guerra, desigualdade e colapso ecológico são tratados como normais, escolher o cuidado, a contenção e a vida comunitária já não é opcional. É um imperativo ético — e talvez o caminho mais realista que resta para preservar a vida, a saúde e o sentido da existência no século que se inicia.